

BIBLIOTECA PUBLICA E COMUNIDADE*

Emir Suaiden**

Descripción del estado de las bibliotecas públicas en el Brasil y su relación con la comunidad, a través de su creación y fomento, por media del Instituto Nacional del Libro y su estructuración en el Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Presenta además un panorama general de los problemas de las bibliotecas públicas y populares en América Latina y especialmente en Brasil.

É com imensa satisfação que aqui estou, ao lado dos prezados companheiros colombianos, para abordar um assunto da maior importância para todos nós bibliotecários: a biblioteca pública, e a comunidade.

Inicialmente falarei sobre a experiência brasileira na área, e em seguida da minha própria experiência pessoal.

No Brasil, em 1937, o Governo criou, com a finalidade de propiciar meios para a produção do livro, bem como o aperfeiçoamento dos serviços bibliotecários, o Instituto Nacional do Livro, passando esse órgão do Ministério de Educação e Cultura a dar prioridade, em seu trabalho, à formação de bibliotecas em todo o território nacional.

Mário de Andrade, em 1939, assim falava a respeito do assunto: "A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham a resolver qualquer dos dolorosos problemas de nossa cultura, como a alfabetização ou a formação de professores secundários, por exemplo. Mas uma bem orientada disseminação do hábito de leitura criará uma população urbana mais consciente, com vontade própria, menos indiferente à vida nacional. Tal

* Ponencia presentada al Pre-seminario sobre Bibliotecas Públicas celebrado en Bogotá en agosto 1985 bajo los auspicios del Banco de la República.

** Director del Instituto Nacional del Libro. Brasil.

vez seja esse um passo agigantado para a estabilização de uma unidade racial, que se acha tão desprovida de outras forças de unificação".

Em 1961, o decreto-lei nº 51223, de 22 de agosto, criou no Ministério da Educação e Cultura o Serviço Nacional de Bibliotecas. Esse órgão propunha-se a atingir as seguintes finalidades:

- Incentivar as diferentes formas de intercâmbio bibliográfico entre bibliotecas do país.

- Estimular a criação de bibliotecas públicas e especialmente de sistemas regionais de bibliotecas.

- Colaborar com a manutenção de sistemas regionais de bibliotecas.

- Promover a criação de uma rede de informações bibliográficas que atinja todo o território nacional.

Lamentavelmente, devido a uma série de fatores, o Serviço Nacional de Bibliotecas não conseguiu atingir os seus objetivos, e o decreto-lei nº 62239, de 8 de fevereiro de 1968, incorporou-o ao Instituto Nacional do Livro, que passou a coordenar a política nacional de bibliotecas, tendo como meta prioritária a biblioteca pública.

Em consequência o Instituto Nacional do Livro adotou, entre outras medidas de fundamental importância:

- Firmar convênios com as prefeituras municipais para a manutenção de bibliotecas públicas, que passaram a receber do INL assistência bibliográfica e técnica.

- Adotar um sistema de co-edições, em lugar da simples compras de livros para remessa às bibliotecas públicas municipais.

Outro fator importante foi a implantação da Lei 5692/71, que reformou o ensino de 1º e 2º graus, tornando obrigatória a investigação por parte do estudante. Devido à impossibilidade de se manterem bibliotecas em todas as escolas, a biblioteca pública municipal passou a ser vista pelas autoridades com importância dobrada: passou a servir aos estudantes e à população em geral, tornando-se uma instituição indispensável à formação educacional e cultural da comunidade.

Apesar dos sucessivos esforços no sentido de fortalecer as bibliotecas públicas, elas não alcançaram o desenvolvimento almejado. Segundo o cadastro de bibliotecas brasileiras do Instituto Nacional do Livro, apenas 2.500 dos 3.953 municípios dispõem de bi-

bibliotecas públicas. Evidencia-se assim que a situação não é tão boa, se considerarmos que a grande maioria dos municípios ainda não possuem bibliotecas públicas adequadas para a comunidade.

Vários fatores têm dificultado o desenvolvimento das bibliotecas públicas, e entre eles podemos citar:

— Falta de planejamento integrado e de colaboração entre as bibliotecas, o que impede um melhor rendimento dos recursos.

— Falta de conscientização das prefeituras municipais quanto à importância da biblioteca pública e o que ela significa para o desenvolvimento sócio-cultural da comunidade.

— Carência de recursos financeiros. De modo geral os administradores aplicam em bibliotecas apenas uma insignificante parcela dos recursos municipais.

— Carência de recursos humanos. Segundo os dados fornecidos pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, estavam registradas até 1984 cerca de 14.000 bibliotecários. Desse número, 8.000 profissionais trabalhavam na área do Rio de Janeiro e São Paulo. A fixação da residência do bibliotecário no interior do país é um problema de difícil solução, pois, apesar de existirem diversas escolas de Biblioteconomia, os bibliotecários preferem permanecer nas grandes cidades, onde recebem boa remuneração e gozam de melhores condições de aperfeiçoamento profissional.

— A falta de boas livrarias nos municípios, além de impedir a motivação espontânea das populações para o hábito da leitura, dificulta sobremaneira o trabalho dos responsáveis pelas bibliotecas locais, em virtude das poucas opções oferecidas para a aquisição dos acervos, e também do preço monopolístico normalmente cobrado. O Brasil possui cerca de 400 livrarias, 90% das quais localizadas no Rio de Janeiro e São Paulo.

Vale salientar que a produção e o consumo de livros tem aumentado sensivelmente nos últimos anos tanto no Brasil como em toda a América Latina e nos parece um tanto prematuro antecipar a sorte que está reservada ao livro como veículo de disseminação do conhecimento e do saber. Ainda que se tenham multiplicado, até os limites não previstos, os veículos de comunicação de massa —os chamados **mass media**—, durante muitas décadas a palavra impressa, principalmente sob a forma de livro, estará destinada a desempenhar um papel de suma importância para a elevação dos níveis de informação das populações. Seja exercendo seu papel de agente educativo pri-

mordial, seja como elemento auxiliar, terá o livro por muito tempo um desempenho que seria imprudente menosprezar.

Aliado ao esforço para a erradicação do analfabetismo na América Latina, deve estar presente em todos nós o empenho para fortalecer a ação deste instrumento versátil e de irresistível penetração que é o livro.

A carência de bibliotecas, em termos quantitativos e qualitativos, tem produzido sérios problemas, cujos reflexos se configuram na difícil situação financeira por que têm passado inúmeros editores, e também a falta de hábito de leitura por parte de grandes camadas sociais do Brasil e da América Latina. Em nosso país, por exemplo, a insuficiência de hábito de leitura alcança lamentavelmente alto índice. Há alguns anos atrás o Sindicato Nacional de Editores de Livros e a Câmara Brasileira do Livro encomendaram uma investigação sobre a função social do livro na realidade brasileira. Constatou-se que em seis grandes cidades brasileiras o aluno de 2º grau está centrado em uma vida doméstica onde "de noite todos vêem televisão". O uso regular do livro ocorria numa percentagem de apenas 39,3% dos informantes, ocorrendo também um afastamento da leitura em uma população que estava a um passo da vida universitária.

Em um grupo de universitários de São Paulo se comprovou que apenas 66% declararam ter lido no dia anterior à pesquisa. E por leitura se entendia o manuseio de livro, periódico, jornal ou revista. O tempo dedicado à leitura revelou um resultado bem abaixo do que se esperava, sobretudo quando se constatou que uma média de 2 a 3 horas diárias eram dedicadas à televisão.

Richard Bamberger, ao analisar as razões porque em certos países se lê mais do que em outros, ou seja, nos países em que os leitores representam uma proporção maior que a população, chegou à conclusão de que isto se deve aos seguintes fatores:

- A posição do livro na escala de valores do país, tal como se expressa através dos gastos financeiros destinados à promoção do livro.
- A tradição cultural.
- As oportunidades de leitura.
- O papel representado pelo livro nas escolas e no sistema educacional.

A solução dos problemas que há pouco mencionei pressupõe a adoção de técnicas de planejamento bibliotecário e de normas a nível nacional, que uniformizem os serviços bibliotecários; a prestação

efectiva de assistência técnica nos diferentes níveis, tendo em vista a reorganização e a melhoria do atendimento a toda a comunidade nacional; a utilização dos serviços de extensão bibliotecária, objetivando a assistência às populações suburbanas e rurais; e a criação de uma infra-estrutura de recursos materiais e humanos no setor.

No Brasil, graças à atividade do Instituto Nacional do Livro, o panorama tem-se modificado para melhor, mediante a estruturação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, com o propósito de dotá-lo de recursos necessários para a prestação de uma assistência técnica eficaz às bibliotecas públicas estaduais, a fim de que estas venham a desempenhar suas funções de cabeças ou centros de Sistemas Estaduais de Bibliotecas.

Pretende o Instituto Nacional do Livro que as bibliotecas brasileiras deixem de funcionar isoladamente, como tem geralmente acontecido, estabelecendo-se um sistema institucionalizado de colaboração mútua e levando a um maior rendimento os recursos aplicados.

Nesse sentido, a implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas está dirigido, inicialmente, para:

- A criação de infra-estrutura de recursos humanos e materiais no Instituto Nacional do Livro e nas bibliotecas públicas estaduais que funcionem como cabeça de Sistema.
- Elaboração pelo Instituto Nacional do Livro de normas de colaboração mútua entre as bibliotecas participantes.
- Organização de um serviço de extensão bibliotecária às comunidades carentes, de acordo com as necessidades e realidades locais.

Considera-se que esta linha de atuação criará condições suficientes para o pleno desempenho do Sistema, tendo em vista os objetivos definidos e os benefícios esperados.

Ao Instituto Nacional do Livro, como órgão coordenador do Sistema, compete:

- Acompanhar o Sistema, dentro dos moldes em que foi planejado, de acordo com a realidade nacional e com o melhor aproveitamento possível dos recursos disponíveis, já que os modelos existentes nos países desenvolvidos são inadequados ao Brasil. E isto se aplica aos demais países da América Latina, evidentemente.
- Prestar cooperação técnica e financeira aos estados para a organização de bibliotecas públicas e a implantação do Sistema.

- Elaborar normas técnicas e procedimentos de serviços destinados a bibliotecas públicas.
- Realizar inspeções técnicas e auditorias nas bibliotecas públicas que solicitem o recebam subvenções e assistência técnica.
- Desenvolver e estimular atividades de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos em diferentes níveis, com a colaboração de estabelecimentos de ensino.
- Promover e apoiar outras atividades de aperfeiçoamento de recursos humanos, como congressos, conferências, reuniões, etc.
- Estimular e promover a edição de obras adequadas ao aperfeiçoamento de recursos humanos em Biblioteconomia e áreas afins.

As unidades federadas devem organizar seus respectivos Subsistemas de Bibliotecas Públicas, de acordo com as normas emitidas pelo Instituto Nacional do Livro.

No âmbito estadual e municipal as atividades de aquisição de livros, encadernação e processamento técnico são centralizadas em uma biblioteca pública já existente (preferentemente a Biblioteca Pública estadual) ou em um órgão especificamente criado para esse fim.

As bibliotecas públicas estaduais ou regionais, como cabeças de Sistema, são responsáveis pelas atividades de assistência técnica às bibliotecas integrantes do Subsistema, tais como catálogo coletivo, catalogação e classificação de obras, treinamento de recursos humanos.

As bibliotecas públicas existentes e as que estão por organizar-se devem obedecer aos princípios de cooperação, racionalização e planejamento das suas atividades, tendo como objetivo a organização do Subsistema de base estadual e regional.

Esta implantação de boas condições às bibliotecas públicas se estenderá à comunidade, através de serviços como investigação bibliográfica, consultas, atendimento domiciliar, etc., além de:

- Proporcionar aos usuários o acesso a todos os conhecimentos e idéias de forma ampla e eficiente.
- Participar ativamente dos programas culturais da comunidade e proporcionar serviços de extensão bibliotecária.
- Atender ao maior número possível de usuários em sua área de atuação, através de carros-bibliotecas, barcos-bibliotecas, vagões-bibliotecas, bibliotecas ambulantes, etc.

- Manter sistemas eficientes de circulação, interna e externa, alcançando todos os tipos de materiais da biblioteca, tanto impressos como não impressos.
- Proporcionar facilidade de acesso ao livro aos alunos de escolas que não dispõem de biblioteca.
- Cooperar com os planos de alfabetização funcional continuada de adolescentes e adultos.
- Colaborar com os sistemas de informação científica e tecnológica.

O Sistema em curso tem por objetivo principal a implantação de pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro. Os objetivos específicos são:

- Estimular a implantação de serviços bibliotecários, racionalmente estruturados, em todo o território nacional.
- Promover a divulgação dos serviços oferecidos pelas bibliotecas brasileiras.
- Promover a melhoria do funcionamento das bibliotecas públicas para que atuem como centros de ação cultural e educação permanente.
- Manter o controle efetivo dos recursos bibliotecários existentes a nível municipal, estadual e federal, tendo em vista uma atuação planejada que conduza ao seu melhor aproveitamento.
- Promover a extensão dos serviços bibliotecários às zonas suburbanas e rurais.

O projeto, aprovado em 1977, completa 8 anos em 1985, e deu ao país um saldo altamente positivo, promovendo inúmeras melhorias nos serviços bibliotecários, entre os quais podemos destacar:

— As bibliotecas estaduais, incluídas no sistema, passaram a dar assistência e a ter um controle efetivo das unidades municipais. Novos bibliotecários foram contratados e treinados dos diversos serviços. Diversos prédios estão em processo de construção, com bibliotecários participando dos projetos. Aumentou sensivelmente o número de usuários atendidos, dando-se inclusive atenção aos presidiários, enfermos, etc. A biblioteca pública pouco a pouco se transforma em centro de irradiação cultural e de programas de incentivo à leitura, com atividades como a hora do conto, além de representações teatrais, atividades que são cada vez mais estimuladas.

— O Instituto Nacional do Livro está procurando seguir ao pé da letra todas as determinações de projeto. Além da transferência de

recursos financeiros e da assistência técnica às unidades federadas, tem-se dado ênfase à publicação de livros de biblioteconomia e documentação, que muito têm contribuído para o aprimoramento dos serviços bibliotecários brasileiros. Eis alguns títulos publicados:

Normas para Bibliotecas Públicas; Serviços de Informação e Biblioteca; Guia das Bibliotecas Brasileiras.

Os Livros São para Ler; O Intercâmbio em Bibliotecas e Centros de Documentação; Programa Nacional de Bibliotecas; A Biblioteconomia Brasileira no Contexto Mundial; Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas; Bibliotecas Universitárias Brasileiras: Análise de Estruturas Centralizadas e Descentralizadas; Planejamento Bibliotecário; Bibliotecas Públicas Brasileiras: Desempenho e Perspectivas; A Classificação Decimal Universal: Origem, Estrutura, Situação Atual; Como Incentivar o Hábito de Leitura; Bibliotecas e Sociedade na Primeira República; Serviço de Caixas-Estantes; Serviço de Carros-Bibliotecas; O Bibliotecário e sua Auto-Imagem; Atribuições de Bibliotecários em Bibliotecas Públicas.

Além destes, vários outros títulos publicados recentemente são efetivos exemplos do real cumprimento desta prioridade.

Esta é a experiência brasileira, que acredito possa contribuir para as demais experiências dos países irmãos do América Latina. No Brasil temos o INL (Instituto Nacional do Livro). Órgãos semelhantes a ele, que exerçam as mesmas atividades, naturalmente possuem a Argentina, o Chile, a Colômbia, a Venezuela, o Uruguai, o Peru, a Bolívia, o Paraguai, o México, a Guatemala, Honduras, Cuba, São Salvador, São Domingo, Panamá e que poderão desenvolver uma atividade efetiva no sentido da criação de um Sistema Nacional de Bibliotecas. Cada país da América Latina deveria ter funcionando plenamente o seu Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Claro que cada sistema, de cada país deverá desenvolver-se a médio e longo prazo. Não será num passe de mágica. O órgão governamental de cada país, aliado às escolas de Biblioteconomia e às associações de bibliotecários, e também às demais agremiações culturais e educacionais, têm uma grande responsabilidade neste processo de desenvolvimento, que se inicia com a conscientização das autoridades para o fato de que as bibliotecas públicas representam uma condição indispensável para a formação educacional e cultural, para o aperfeiçoamento da qualidade de vida e para a tomada de decisões em todas as escalas da vida administrativa e econômica do país. Por isso, a biblioteca pública se torna cada vez mais em um dos fatores mais decisivos para o desenvolvimento da vida independente de todos os povos.

Na maioria dos países da América Latina e do Caribe não existe ainda uma conscientização, por parte das autoridades e do povo, quanto à importância da biblioteca pública e do seu entrosamento vivo com a comunidade. O que realmente existe é um esforço, muitas vezes penoso, por parte do profissional bibliotecário, numa tentativa de mudar essa situação. Mas o esforço isolado não terá boa receptividade nem bons resultados práticos. Os profissionais bibliotecários devem unir-se mais em torno de objetivos comuns, e o primeiro passo para isso é o fortalecimento das associações de classe, que deverão lutar não só por salários mais justos como principalmente para a melhoria dos serviços bibliotecários.

Há, sem dúvida, muitas barreiras a serem vencidas.

Foi realizado em Caracas, há dois anos atrás, uma reunião de que participaram todos os coordenadores do Programa de Bibliotecas da América Latina e do Caribe. Na ocasião foi elaborada uma Declaração onde se definia o que vinha a ser biblioteca pública. Foi uma declaração diferente daquele manifesto da UNESCO que todos conhecemos. Lá nós sentimos a dificuldade que os países do Terceiro Mundo enfrentam para definir e implantar uma política de bibliotecas públicas. Na América e Caribe encontramos os mais gritantes contrastes em termos de bibliotecas públicas. Se, por exemplo, São Paulo e Caracas dispõem de bibliotecas públicas automatizadas, na região peruana de Cusco os serviços bibliotecários são feitos através de sacolas que as pessoas levam às costas para atender às populações suburbanas e rurais. Há grandes contrastes, contrastes em todos os sentidos. Ao mesmo tempo em que temos bibliotecários, profissionais, trabalhando, temos também leigos, religiosos, etc.

O que ocorre é que há a teoria, aquilo que a gente pensa como deve ser uma biblioteca pública, quando estamos estudando Biblioteconomia; e há realidade, que é muito diferente. Sobretudo no que diz respeito à delimitação, à caracterização do que vem a ser uma biblioteca. Grande parte da população da América Latina e do Caribe limita o conceito de biblioteca pública ao de leitura de livros. Na verdade —e isto ocorre em algumas regiões mais desenvolvidas— a visão e as funções têm um alcance muito mais amplo.

Vamos colocar agora o problema do diálogo do bibliotecário com o poder, isto é, do bibliotecário que está trabalhando ou numa biblioteca pública ou numa coordenação de serviços bibliotecários, e que mantém diálogo com o poder, principalmente para obtenção de recursos financeiros.

De um modo geral, na região da América Latina e Caribe as auto-

ridades, as pessoas que liberam os recursos, estão convencidas de que a biblioteca pública não traz o retorno esperado. Aham que a atividade "simples" de uma biblioteca pública, que é ter livros de leitura e consulta e proporcionar empréstimo domiciliar, não vale o investimento financeiro realizado. Tive dois contatos com dois ex-Secretários Gerais do antigo MEC, e nesses dois contatos encontrei muita dificuldade para a obtenção de recursos financeiros. Os dois disseram a mesma coisa: "Olha, eu acho muito importante biblioteca pública. Acho importantíssimo. Tento é que doe para a biblioteca pública da minha cidade alguns livros velhos que tinha em casa". É, como vêem, um diálogo difícil. É nesses termos que a biblioteca é vista pelas autoridades.

¿E quanto ao diálogo do bibliotecário com a comunidade? O antigo Ministério da Educação e Cultura do Brasil implantou há pouco tempo atrás o chamado Projeto Interação entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Específicos do País. Esse projeto foi implantado pela ex-Secretaria de Cultura do MEC. Então, estivemos na cidade de Taguatinga, próxima de Brasília, na localidade chamada Areal —uma ex-invasão—. O projeto, que tem uma soma de recursos financeiros bastante grande, resolveu que seria consultada a comunidade para a implantação da sua biblioteca comunitária. Todos os líderes do Areal, muitas mulheres inclusive, foram reunidos com o pessoal do Projeto Interação. Então, fizemos a exposição de como seria importante a criação da biblioteca pública, da biblioteca comunitária de Areal. Quando terminamos a exposição, todos os líderes comunitários foram contrários. Tinha uma senhora, uma das principais líderes, que falou: "Olha, biblioteca pública é importante, mas é uma coisa do futuro. O que precisamos hoje é de máquina de costura". E não conseguimos, ouvida a comunidade, implantar a sua biblioteca comunitária. Hoje a Biblioteca existe e no seu acervo consta publicações de corte e costura.

Há cinco anos atrás demos início, na região compreendida entre Marabá, Altamira, Itaituba e Santarém, em plena Transamazônica, à implantação de 4 bibliotecas públicas e 28 salas de leitura, naquelas cidades ao longo da grande estrada. O local de implantação das salas de leitura era sempre as escolas rurais. No momento em que estávamos implantando essas salas de leitura, havia um problema: faltava açúcar na merenda escolar. As crianças daquela região iam para a escola por causa da merenda escolar. Logo, havia uma dificuldade muito grande para convencer os professores da importância da implantação de salas de leitura. E os alunos, sempre que a gente começava a expor sobre a importância da biblioteca pública, levantavam a seguinte questão: "Mas na biblioteca pública não vai ter açú-

car. Então, não vai resolver o nosso problema". Hoje devido a Biblioteca os colonos produzem seu proprio açúcar.

Nesses nossos diálogos com as autoridades locais e as comunidades, o único ponto que realmente os interessava, quando tentávamos convencê-los da importância de uma biblioteca pública, era o seguinte: os pais de família poderiam economizar, pois não precisariam comprar livros; eles estariam à disposição da comunidade na biblioteca. Na verdade, o interesse dessas comunidades limita-se quase que exclusivamente ao livro didático, hoje praticamente descartável, pois o aluno o utiliza para escrever exercícios, e no fim do ano jogam-no fora. Realmente é um trabalho difícil, um diálogo difícil o nosso na região da América Latina e Caribe. Porque o grande, o imenso problema é que os usuários são ainda uma pequena, uma pequeníssima fatia do bolo.

Temos, é claro, alguns exemplos realmente gratificantes. Um pelo menos, que conheço no Brasil, é realmente impressionante. Trata-se de Lençóis Paulista, terra de Orígenes Lessa, onde 15% da população freqüenta e usufrui da biblioteca pública local. Este é o índice mais alto já atingido em toda a América Latina: 15% da população.

Corumbá de Goiás também nos oferece uma experiência interessante. Lá nasceram grandes escritores, como Bernardo Élis e José J. Veiga. É um lugar pobre, mas a produção intelectual tem sido muito grande. Além de berço de nomes famosos, temos diversos juizes e promotores importantes que são filhos de Corumbá de Goiás. Até hoje se tem mencionado que uma das razões desse prestígio intelectual de cidade é que há nela uma biblioteca pública contando com valioso acervo, principalmente de literatura portuguesa e brasileira. Grande parte do mérito é então atribuído à Biblioteca Pública de Corumbá de Goiás.

Outro aspecto interessante quando nos detemos na análise das bibliotecas públicas, é a indústria editorial. Essa indústria, como todos sabemos, depende bastante, nos países desenvolvidos, dos sistemas de bibliotecas públicas e escolares. Disso não ocorre, no entanto, na América Latina. Atualmente, a Venezuela é o país que dispõe de maiores recursos para bibliotecas públicas em todo o continente. O investimento é realmente muito alto, muito maior que no Brasil. E a Venezuela não tem uma produção editorial considerável. Os livros são por eles importados da Espanha e da Argentina. Não dispõe a Venezuela de uma produção editorial como a nossa. E o Brasil, que investe menos em bibliotecas públicas, tem uma produção, um desenvolvimento editorial realmente muito grande, e em todas

as áreas, desde o livro didático até a literatura, os livros científicos, os livros de arte, os ensaios, em grandes coleções e grandes tiragens.

A UNESCO, no início da década de 70, começou a perceber as dificuldades que o Terceiro Mundo vinha enfrentando para implantar bibliotecas públicas. Convenceu-se a UNESCO dessa dificuldade de diálogo do bibliotecário com o poder, e principalmente da pequeníssima fatia do bolo que são os usuários de bibliotecas. Então resolveu vender uma idéia: que a biblioteca pública deveria-se transformar num centro de criatividade e de prestação de serviços à comunidade. Quer dizer, não limitar-se apenas ao livro e à sua leitura. Seria um centro de criatividade e de atividades mais dinâmicas, de modo a resolver todos aqueles problemas que já abordei no início dessa palestra. Em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, de repente a biblioteca pública da cidade transformouse em centro de educação permanente. Agora voltou a ser biblioteca pública de novo. Em São Paulo, recentemente, foi implantado o Sistema de Bibliotecas Públicas, resultante de decreto oficial do governo do estado. E foram grandes as dificuldades que enfrentaram para conseguir os recursos financeiros apenas com o nome de biblioteca pública. Então, a idéia de que essas bibliotecas públicas deveriam se transformar em centros de convivência e informação permitiu que, imediatamente, o Banespa financiasse as prefeituras.

Deve haver alguma fórmula onde seja possível, na região da América Latina e Caribe, aumentar o total de usuários que frequentam bibliotecas públicas. A experiência mais bem sucedida, até agora, tem sido da Venezuela. Naquele país em todas as bibliotecas públicas, a Seção de Referência se transformou num Serviço de Informação à Comunidade. Este serviço funciona muito bem na Venezuela, e inclusive foi a fórmula mais eficiente para traír os não leitores. Eu tive a ocasião de conhecer esses serviços inclusive no interior. Quando a comunidade precisa de qualquer tipo de informação, seja cultural, seja de emergência, seja educacional ou saúde, qualquer que seja o tipo de informação, é a biblioteca pública que fornece. Funciona tão bem naquele país, que a própria Companhia Telefônica da Venezuela resolveu ceder uma linha de telefone a cada uma das bibliotecas públicas, sem cobrar assinatura, uma vez que é um serviço que é normalmente feito pela telefônica. A comunidade é assim muitíssimo bem atendida, e realmente as bibliotecas deixaram de ser pontos de leitura, e com poucos leitores, para se transformar num centro de atendimento e de serviços públicos prestados às comunidades.

Eu me lembro, lá na Venezuela, como a comunidade tem contato permanente com as bibliotecas, seja por telefone, seja por carta ou pessoalmente, para solicitar todos os tipos de informação. Quan-

do estivemos lá, acompanhando os colegas que participaram do Congresso de CERLAL, tivemos oportunidade de acompanhar um caso. Uma senhora, camponesa, preocupada que estava com certa doença, recorreu à biblioteca. No mesmo instante o Serviço de Informação à Comunidade esclareceu-lhe sobre os cuidados que ela deveria tomar, e o centro médico para onde deveria se dirigir. Ali, todas as informações são coletadas e posteriormente publicadas. Temos por exemplo o **Guia da Mulher**, onde se encontram todas as informações e orientações para a mulher. O processo é o cadastramento de informações, que depois se transformam num guia. A mesma coisa ocorre para com os jovens, que procuram com muita frequência o Serviço de Informação à Comunidade. Então, depois é publicado o **Guia da Juventude**. Nele se encontram todas as informações sobre a juventude: alistamento militar, empregos, orientação profissional, etc. Tem sido esta a maneira mais eficiente, na América Latina e Caribe, para a biblioteca pública atraír mais e mais usuarios. Entre as experiências mais fascinantes da biblioteca com a comunidade estão as seguintes

A primeira que eu citaria é a Biblioteca Pública de Sanare, localizada no estado da Lara de Venezuela. Quando com ela nos deparamos, constatamos que ali estava o modelo típico do que será a biblioteca pública no século XXI. Encontravam-se nela todos os líderes da comunidade da Sánare, esperando pela delegação que eles acreditavam ser, uma delegação de funcionários da UNESCO. Muitas faixas e cartazes. Numa delas se lia: **"UNESCO estamos cheios de informação, mas não temos terra"**. Todas as faixas refletiam as aspirações da comunidade. Todos os partidos políticos de Sanare estavam representados naquela ocasião na biblioteca. Era sem dúvida uma biblioteca muito diferente. Inclusive nós encontramos lá o MIR, que é um movimento de esquerda revolucionária. Todos os partidos, de esquerda, de centro, de direita, estavam na biblioteca. É a biblioteca típica do século XXI, porque quem indica o chefe da biblioteca é a comunidade. É uma cidade onde decididamente o prefeito não se elege sem o apoio da biblioteca. Não ocorreu nenhum caso de prefeito que tenha sido eleito sem antes ter ido à biblioteca discutir o seu plano de trabalho e conseguir o apoio da biblioteca. Poderíamos chamar aquela biblioteca pública de um verdadeiro centro das aspirações da comunidade. Todas as atividades culturais e educacionais são realizadas pela biblioteca. Por exemplo, o folclore, a cultura local, as tradições populares são realizadas na biblioteca. E o chefe da biblioteca não é bibliotecário. Foi eleito pela comunidade. Ele é maestro, grande conhecedor de música, e se chama Henrique.

Tive uma conversa com Henrique, um homem muito inteligente. Perguntei-lhe: "Henrique, quais são os objetivos da biblioteca pública aqui de Sanare?". E ele respondeu: "Temos dois: Combater o latifúndio

e a monocultura: "Eis aí a diferença. Não é como entrar numa biblioteca pública, onde os objetivos é ler livros, catalogá-los emprestá-los, reclamar quando não são devolvidos no prazo. . .

O problema do latifúndio no estado de Lara é muito grande. É o problema de concentração da riqueza. Quer dizer, a pessoa tem toda aquela quantidade de terras, e 90% da população é empregada de uma ou duas pessoas. Isso acontece muito no Brasil, e tivemos oportunidade de comprová-lo quando visitamos a região de Morabá, no Pará, onde temos castanheiros. Praticamente toda a população daquela cidade serve a apenas dois senhores. O problema da biblioteca, o objetivo básico da biblioteca de Sanare é o combate ao latifúndio e à monocultura. Quer dizer, combatendo estes dois problemas eles têm a esperança de que as condições de vida da população serão bem melhores. Essa seria a típica biblioteca pública do século XXI. Uma biblioteca voltada para as aspirações comunitárias. Quer dizer, não se levaria tanto em conta os problemas técnicos das bibliotecas, mas as grandes aspirações da população.

A outra que eu também chamaria de biblioteca pública do século XXI é a que temos na Argentina, no município de Bernal, bem próximo de Buenos Aires. Lá se dá curso ao "Programa Modelo Experimental da Biblioteca Pública e Complexo Cultural Mariano Moreno". Para começar a funcionar, essa biblioteca elaborou inicialmente o diagnóstico sócio-cultural da população de Bernal identificando-se assim, de saída, com a comunidade. Para essa biblioteca não faltam financiamentos, que saem de várias instituições da Argentina, e até mesmo de fora da Argentina. Todo o trabalho daquela biblioteca é integralmente identificado com a comunidade, está totalmente envolvido com os anseios comunitários.

E vocês perguntarão: " Qual vai ser afinal o papel do bibliotecário para atuar diretamente com a comunidade?". Devo esclarecer que nessas duas bibliotecas citadas nenhum chefe é bibliotecário. A chefia fica a cargo de um animador cultural. Lá os profissionais bibliotecários trabalham internamente, e até muito mais. Mas na direção não constam bibliotecários.

Para concluir, nunca é demais frisar que é de fundamental importância que o bibliotecário da América Latina e do Caribe tenha uma atitude mais crítica com relação ao seu comportamento, ao seu desempenho, ao seu diálogo com a comunidade. A biblioteca pública é essencialmente um órgão de prestação de serviços à comunidade. E o bibliotecário tem o dever de dialogar com uma constância e uma dedicação verdadeiramente missionária com as comunidades locais e com as suas lideranças, tendo em vista o objetivo maior: que a biblioteca pública seja o reflexo das aspirações comunitárias.